

*Nascentes***A LOUCURA NA MANIFESTAÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA:
O ALIENISTA E OS DESVIOS E ATRAVESSAMENTOS DA HISTÓRIA***Bianca Reis de Moraes***Ernani Mugge***

RESUMO: A literatura pode ser compreendida como um sistema simbólico capaz de expressar a realidade nacional. Nessa ordem, permite incluir, no conjunto de investigações a seu respeito, a representação de trajetórias historicamente invisibilizadas. Este artigo, em consonância a essa temática, atém-se à análise do “outro” no viés da “loucura”, tendo como corpus “O alienista”, de Machado de Assis. Na investigação, vale-se de Lília Schwarcz, para refletir sobre as raízes históricas da violência no Brasil, de Michel Foucault, para discorrer acerca da construção histórica de discursos do poder e as relações que se estabelecem entre loucura e alteridade, de Antonio Candido para situar a literatura no contexto social. Constata-se que Simão Bacamarte, personagem central da obra, deixa transparecer as marcas e contradições próprias da narrativa cultural brasileira, sendo, nesses termos, parte desse Brasil desviante que, ao voltar-se para sua história, encontra-se com sua própria insanidade.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Representação das diferenças. Loucura. Narrativas da normalidade. Invisibilidade social.

Introdução

As manifestações culturais brasileiras, não raro, traduzem concepções homogeneizantes de existência, atreladas a um corpo social universal. A literatura, sendo uma dessas expressões, revela narrativas de brasilidade marcadas por contradições e desigualdades. Para além de conceber o Brasil como um território diverso, ela desvela a diversidade através de corpos socialmente invisibilizados. Isso tem uma explicação: historicamente, o Brasil é marcado por práticas segregacionistas. De acordo com Lília Schwarcz, aviltam “duas faces cartesianamente opostas – Monarquia ou República, barbárie ou progresso, atraso ou civilização –, a convivência inesperada de temporalidades distintas e a expressão de um movimento ambíguo que comportava inclusão e exclusão [...]” (SCHWARCZ, 2012, p. 36).

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade FEEVALE.

** Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-Africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio de pós-doutorado (PNPD-CAPES) em Cultura e Literatura na Universidade Feevale. Pesquisador e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais e do Mestrado Profissional em Letras (Universidade Feevale).

A violência sempre foi legitimada por discursos de dominação e narrativas de normalidade baseadas em padrões estéticos e morais que excluíam os sujeitos socialmente indesejados. Essas narrativas estão presentes nos binarismos constitutivos da história brasileira: colônia e metrópole; colonizador e colonizado; centro e margem; normal e anormal. Os abismos criados entre o “eu” e o “outro” atravessam os atores sociais “[...] como se o mundo — real ou tantas vezes imaginado — pudesse ser dividido em dois, em duas metades, e sem maiores contestações” (SCHWARCZ, 2015, p. 24).

A literatura é vislumbrada, aqui, como manifestação cultural de um povo, partindo da ideia aristotélica de mimese, portanto, como uma representação de determinado contexto histórico-social. Nesse sentido, a análise desenvolvida se alicerça aos parâmetros de normalidade estabelecidos convencionalmente. Interessa, ainda, a superação de visões tradicionais acerca da temática da loucura. Busca-se, nessa ordem, questionar classificações definidoras e hierarquizantes dos sujeitos, rompendo com visões tradicionais e meramente diagnósticas. Assim, a pesquisa bibliográfica se ancora, em especial, na análise sociológica proposta pelo crítico literário Antonio Candido (2006), em sua obra *Literatura e sociedade*, e nas teorizações de Michel Foucault (1978-1979), para pensar sobre os discursos de poder e as fronteiras da “normalidade”. Para tanto, a metodologia de análise qualitativa empregada incide sobre a representação da “loucura” no conto “O alienista”, de Machado de Assis. Se, na narrativa, em um primeiro momento, as “diferenças” se manifestam, nas personagens, como “transtornos mentais”, posteriormente são instituídas como “loucura”. Optou-se por esse viés analítico, pois o “louco” remete a uma figura repleta de simbolismos e significações, sendo um sujeito histórico responsável por desestabilizar as estruturas sociais que aparentemente encontravam-se organizadas, sólidas e protegidas. Afinal, a figura do “louco” rompe com a lógica da razão, pois ele questiona aquele a quem se estende o poder científico, ultrapassando, assim, as fronteiras dos padrões de normalidade. Apresenta-se, portanto, como a “diferença”, o “corpo estranho”, o “outro”, o que deve se manter distante, aprisionado em instituições situadas no exterior do mundo.

Desvios, contradições e atravessamentos da narrativa cultural brasileira

Para entender as representações das diferenças, faz-se necessário compreender, minimamente, as raízes históricas da violência no Brasil. Ao pensar em diferenças, deve-se esclarecer que se está diante de marcas complexas e universais do ser humano.

Reconhece-se, comumente, o Brasil, como um território diverso, colorido pelos diferentes tons sociais, culturais e ideológicos. Por outro lado, sabe-se também que

A história do Brasil, a canônica, seria contada a partir do feito dos “descobridores”, que não só inauguraram como deram um sentido ao novo território português e às suas populações. Paradoxalmente, porém, essa narrativa oficial e metropolitana seria para sempre alterada com a entrada desses personagens, parcela perdida da humanidade que não se sabia como classificar, entender ou nomear. (SCHWARCZ, 2015, p. 23)

É em busca dessas trajetórias inclassificáveis que se prossegue, na tentativa de recontá-las através das diversas perspectivas sociais: os lugares de pertença e os espaços de fala ou de silenciamento. Por isso, pensar sobre as relações culturais perpassa as reflexões sobre as narrativas da dominação. Schwarcz refere-se, em seus estudos, às grandes pandemias que atingiam o território brasileiro. Naquele contexto, havia grande interesse em saber as origens das mazelas, classificando-as como doenças vindas “de fora” ou “de dentro”. Os discursos circulantes davam conta de que as doenças atingiam igualmente a população. A antropóloga esclarece, porém, que

As “patologias do Brasil” pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos – além dos sertanejos, caipiras e populações do interior, vítimas das endemias rurais – eram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, as mulheres e as crianças, os trabalhadores informais e os camponeses. Eugenia, higienismo e certa exclusão social pareciam alicerçados, no intuito de combater a subcidadania do homem brasileiro, provocada, segundo tais teorias, pela falta de saúde reinante, sobretudo entre as populações rurais e pobres. (SCHWARCZ, 2012, p. 53)

A mais degradante das patologias brasileiras talvez tenha sido a desigualdade. Nesse sentido, ao entrelaçar as representações das diferenças à loucura, fazem-se necessárias reflexões acerca de discursos historicamente legitimados. Em *Microfísica do poder* (1979), o filósofo francês Michel Foucault discorre acerca da construção histórica de discursos do poder, afirmando que

[...] em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. (FOUCAULT, 1979, p. 14-15)

Para Foucault, o poder é uma rede repleta de ramificações que perpassa todo o corpo social. Desse modo, determinadas posições são ocupadas de acordo com o diálogo que se estabelece com o mundo. Cabe destacar que, na antiguidade, o poder estava ligado ao saber, ou seja, aqueles que o detinham eram os responsáveis por estabelecer as fronteiras entre o “certo” e “errado”, o “normal” e o “anormal”.

Essas teorizações permitem considerar as relações intrínsecas que ligam, necessariamente, a loucura à alteridade. Para Foucault, o “louco é o outro em relação aos

outros: o outro – no sentido da exceção – entre os outros – no sentido do universal” (1978, p. 202).

Desde seus estudos na obra *História da loucura* (1978), publicada originalmente em 1961, o autor realiza um apanhado de como a loucura foi um conceito criado pela sociedade com o objetivo de afastar do caminho os indesejados, mantendo-os presos em suas residências e/ou instituições. Em estudo posterior, na obra *O nascimento da clínica*, publicada em 1963, segue questionando a quem é atribuído o poder de dizer quem é normal, papel destinado à ciência e à medicina, permitindo que se possa repensar sobre os limites entre o normal e o patológico.

Em *História da Loucura* (1978), o teórico apresenta a dupla dimensão da loucura: circunscrita em um padrão de moralidade ou em uma visão médico-científica. Segundo ele, “a loucura tem uma dupla maneira de postar-se diante da razão: ela está ao mesmo tempo do outro lado e sob seu olhar. Do outro lado: a loucura é diferença imediata, negatividade pura, aquilo que se denuncia como não ser [...]” (1978, p. 203).

A obra descreve como, no decorrer dos séculos, as transformações da sociedade influenciaram diretamente a evolução do conceito de loucura. No princípio, ela era vista muito mais como desatino ou desvio de conduta, relacionado a padrões de moralidade. Todos aqueles que não considerassem as leis morais estabelecidas como verdadeiras eram classificados como doidos, sendo impedidos de participar de rituais religiosos ou da vida em sociedade. Foi apenas por volta do século XVIII que o conceito de doença mental foi estabelecido, surgindo um modelo comportamental, alicerçado na medicina científica.

Essa reconstrução das ideias de Foucault, com base nas práticas da sociedade, permite compreender a origem da vinculação imediata da “anormalidade” àqueles sujeitos que manifestam traços das diferenças que desagradam o sistema de poder.

Nessa perspectiva, apesar de não ser o foco investigativo,

Cabe ressaltar que a deficiência intelectual refere-se ao aspecto cognitivo e não se confunde com o transtorno e doença mental. Outra observação importante é o fato de haver graus de deficiência definidos pelas limitações no aprendizado e outras habilidades adaptativas. (MAIOR, 2015, p. 6)

No processo de análise dessas definições, muitas variáveis devem ser observadas: os diferentes níveis de comprometimento, os diversos tipos de classificações, além de aspectos transitórios ou permanentes. Ressalte-se que a intenção, aqui, não é examinar as classificações acerca dos transtornos mentais. Pelo contrário, pretende-se, justamente, problematizar o fato de que a complexidade humana ultrapassa esses limites, não sendo capaz de encaixar-se nesses padrões.

A manifestação literária brasileira

Para além dos processos históricos, a literatura possibilita transpor os abismos das exclusões sociais ao tocar nas trajetórias das personagens invisibilizadas. Os escritos literários refletem historicamente os costumes, as crenças e as tradições de determinada época e civilização. Conceber a literatura enquanto manifestação cultural significa estabelecer uma análise ampla das relações, dos aspectos estruturais e sociais que compõem uma obra literária. A análise sociológica proposta por Candido considera, nesse processo, a relação entre os fatores sociais e históricos, sem, todavia, desconsiderar os aspectos estruturais e linguísticos. Esse tipo de análise permite um olhar mais profundo sobre a produção, desvelando o entrelaçamento dos elementos estéticos e históricos na reconstrução da diversidade de significados que permeiam a manifestação literária.

A escrita é definida, muitas vezes, como um ato individual e solitário por expressar a perspectiva particular do escritor sobre determinado tema. Mas, na medida em que a obra retrata uma sociedade e suas necessidades coletivas, a produção alcança dimensões universais. Por isso, Candido afirma que

A função total deriva da elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados. Ela exprime representações individuais e sociais que transcendem a situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio do grupo. (2006, p. 48)

O crítico literário se refere ao conceito de “ressonância coletiva”, que pressupõe que o ato de leitura necessita de interação entre leitores, autor, personagens e ideias apresentadas na narrativa. Todos esses agentes se entrelaçam com o momento histórico da produção e da recepção da obra.

A origem da concepção da literatura enquanto manifestação social e cultural do povo brasileiro surgiu no período pós “independência”, quando foi percebida a necessidade de uma criação cultural nacional. A literatura é representativa de uma sociedade ao inscrever-se como um sistema simbólico capaz de exprimir a independência e o ideal de nacionalidade de um povo.

Vemos, então, que nativismo e civismo foram grandes pretextos, funcionando como justificativa da atividade criadora; como critério de dignidade do escritor; como recurso para atrair o leitor e, finalmente, como valores a transmitir. [...] conduziam as suas ideias ao público de homens livres, dispostos a vibrar na grande emoção do tempo. (CANDIDO, 2006, p. 83)

Nessa ordem, se houvesse a oportunidade de recontar a história do povo brasileiro através da literatura, a narrativa possivelmente seria composta dos mais diversos personagens para refletir a pluralidade de existências que deu origem ao que somos: uma sociedade

marcada por diferenças e desigualdades. Assim, a história que nos foi contada, repleta de exclusões e marcada pela violência, viria à tona:

É inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundante a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial. Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras. (PELLEGRINI, 2004, p. 1)

A realidade que, por vezes, parece, aos olhos do leitor, diluir-se quando ele mergulha no universo da ficção pode emergir, em certa dimensão, com o desvelamento do “real” profundamente habitado. Ao ultrapassar as margens do vivido, ele se depara com personagens socialmente invisibilizadas por uma narrativa coletiva e universal, sobre a qual aparecem apartadas.

“O Alienista”: a representação da “loucura” na literatura brasileira

Ao largo da historiografia literária brasileira, é possível encontrar diversas personagens que apresentam contornos de “loucura”. Em Machado de Assis, por exemplo, além de Simão Bacamarte, de “O alienista”, tem-se Brás Cubas, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), e Rubião, em *Quincas Borba* (1891). A linguagem poética de Guimarães Rosa, em *Sorôco, sua mãe, sua filha* (1962), faz o leitor seguir a trilha da canção do indizível entoada por Sorôco e pelas demais personagens. Lima Barreto, em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), também trata do tema por meio das ideias de Policarpo e de sua consequente internação. Dyonélio Machado apresenta, ainda, *O louco do Cati* (1942), em que é revelada a repressão, a exclusão e a negação vivenciada pelo personagem louco do qual não se sabe nem o nome.

“O alienista” é um conto escrito em terceira pessoa. Ao largo de treze capítulos, narra-se a trajetória do médico Simão Bacamarte, morador ilustre de Itaguaí. A narrativa é construída a partir da leitura de crônicas do narrador, as quais indicam que “em tempos remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanha (ASSIS, 1994, p. 1)”. Simão é o representante do saber científico e, por essa qualidade, é extremamente prestigiado por governantes e membros da corte nacional. O estudioso, entusiasta das certezas, encontra a verdadeira missão de sua existência ao descobrir que sua jovem esposa não podia engravidar e, assim, dar-lhe o filho que tanto sonhara. A partir dessa descoberta, passa a dedicar-se ainda

mais à compreensão das mazelas humanas. Por entre a excessiva obsessão pela descoberta dos males que afligiam a jovem D. Evarista, impedindo-a de engravidar, acaba por descobrir o propósito de sua vinda à cidade: ser o responsável pela cura da humanidade a partir da identificação das origens dos desatinos de seu povo. Ele apresenta sua proposta de extinção da loucura aos membros do poder nacional, que, após certa relutância, acolhem suas teorias. Desse modo, contando com o apoio necessário, prossegue com suas intenções, tendo como primeiro ato a construção da Casa Verde, uma instituição que serviria de abrigo aos classificados como “loucos” com base nos padrões de normalidade estabelecidos por ele mesmo.

No decorrer da narrativa, são atribuídas diversas características positivas ao médico, que influenciam o leitor na construção de uma imagem confiável da personagem, que representava a racionalidade e o poder do discurso da ciência. Simão carrega, em si, traços de uma personalidade peculiar, com características que beiram o exotismo. No momento em que justifica seu casamento com a jovem Evarista, por exemplo, utiliza expressões estritamente técnicas, quase diagnósticas, para referir-se à moça. Mas, apesar de esse procedimento causar estranheza aos leitores, aos itaguaienses, pelo contrário, sua reputação é, no início, aparentemente inabalável.

É muito significativo o fato de a frustração com a impossibilidade de a esposa engravidar tê-lo impulsionado a buscar respostas na ciência para compreender a psique humana. O abalo de seu planejamento familiar encontra, na psiquiatria, as respostas para consolidar sua ascensão moral. As intenções do alienista são reveladas no princípio da narrativa, quando o médico expõe sua ambição, disfarçada de caridade. Simão demonstra estar excessivamente obcecado e convicto:

O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade. (ASSIS, 1994, p. 4)

Ao perceber que, na região, à época, não havia profissionais dedicados a compreender as questões da mente humana, Simão propõe ao governo a construção de um ambiente onde pudesse abrigar todos aqueles classificados, por ele, como pessoas de “personalidades desviantes”. Assim, poderia aprofundar-se nos casos para, então, curá-los. “Uma vez empossado da licença começou logo a construir a casa. Era na Rua Nova, a mais bela rua de Itaguaí naquele tempo; tinha cinquenta janelas por lado, um pátio no centro, e numerosos cubículos para os hóspedes (ASSIS, 1994, p. 3).

A narrativa faz emergir muitas significações. Entre elas, uma comparação é simbólica: a constatação de que “[...] a Casa Verde era agora uma espécie de mundo” (ASSIS, 1994, p. 5). A passagem faz alusão às práticas vigentes na instituição, que apresentam características similares às praticadas no contexto social.

A Casa Verde aprisiona todos aqueles considerados, pelo Dr. Bacamarte – o detentor do saber –, como pessoas que não possuem o perfeito funcionamento de suas faculdades mentais, sendo suas patologias psíquicas estudadas por ele. Assim, os loucos, que antes viviam presos em suas casas ou abandonados pelas ruas, agora são encaminhados ao local de assistência, no qual, supostamente, receberiam o tratamento adequado contra seus males. Este é o espaço no qual as segregações podem se manifestar sobre o pretexto da “cura”. Vale, aqui, lembrar as palavras de Foucault, quando trata da construção e do funcionamento dos hospitais. Para ele, “há milênios existem hospitais feitos para curar; pode-se [...] afirmar que talvez se tenha descoberto, no século XVIII, que os hospitais não curavam tão bem quanto deviam” (1979, p. 59).

No caso da construção da Casa Verde, é possível verificar que o governo e a população apoiaram a iniciativa. Esse posicionamento tem duas razões: 1) era de interesse daquela sociedade que as pessoas indesejadas permanecessem escondidas; 2) o médico possuía grande credibilidade, pois era detentor do conhecimento, estando apto, por conseguinte, a classificar as pessoas em normais e anormais. Simão, nessa ordem, é sujeito responsável por estabelecer os limites da racionalidade humana. Ele mesmo, ao comparar a razão a uma pérola, afirma que “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia (ASSIS, 1994, p. 9).

O que não se esperava, entretanto, é que, em um curto período de tempo, praticamente toda a cidade de Itaguaí viesse a ser trancada na Casa Verde, mediante a “[...] a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental (ASSIS, 1994, p. 27). Diante desse quadro, as regras de internamento, que permaneciam sendo estabelecidas apenas pela racionalidade da medicina representada pela figura de Simão, passam a ser questionadas por membros da população contrários ao aprisionamento. A personagem da racionalidade invade, assim, o território da loucura durante os estudos e acaba cedendo a ela.

No texto machadiano emergem, portanto, discussões acerca das narrativas da “normalidade”, levando a questionar, justamente, as demarcações dos limites entre a sanidade e a doença, a lucidez e a insânia. Quando os casos de loucura são apresentados, a questão que se apresenta é se os indivíduos são dignos de insanidade mental ou se refletem apenas diferentes perspectivas sobre a existência.

A escrita machadiana, com seus traços de ironia e crítica social, faz com que o leitor reflita sobre a loucura a partir de sua condição social, marcada, muitas vezes, pela incapacidade em compreender o outro. As perguntas que podem vir à tona a partir das reflexões são as seguintes: Será que isso é loucura? Quem é “verdadeiramente normal”?

Em seu inventário sobre a loucura na literatura brasileira, Luzia de Maria aponta que

Deslocando a ótica do exame da loucura para o exame do saber médico, Machado, mais que fazer um questionamento da doença mental - matéria posta em foco naquele momento histórico em que a psiquiatria ia-se instituindo enquanto poder na sociedade brasileira – mais que questionar a loucura, Machado questiona as dimensões do poder do discurso médico, as abrangências desse discurso e, explorando as contradições desse mesmo discurso, procedendo a uma inversão, vislumbra o que se pode constatar como a loucura da ciência. (MARIA, 2005, p. 150)

As contradições se revelam a partir do momento em que toda a cidade de Itaguaí – inclusive a esposa do médico – está trancada nas dependências da Casa Verde, a fim de, segundo Simão, ampliar o território da loucura. Então, é possível questionar novamente: quais são os limites entre razão e loucura? Quem são os responsáveis por estabelecer essas demarcações? Até onde se estende a fronteira da loucura/lucidez?

Na obra, tal qual acontece na vida, a política se une à medicina: já que o governo não pode discriminar, classificar ou eliminar os casos de loucura, este se tornou o papel da ciência médica. Desse modo, todos os que desagradarem, desafiarem ou incomodarem as instituições detentoras do poder são definidos como seres anormais e inadequados aos padrões de um existir universal. Ao perceber esse sistema de exclusões e injustiças, parte da população de Itaguaí passa a se manifestar contrária às práticas do alienista.

A parcela dos habitantes da cidade que estava descontente com as internações em massa e que pedia a liberação dos loucos também estava submetida a interesses políticos. A agitação era promovida pelo barbeiro Porfírio Caetano das Neves, o qual tinha intenções de chegar ao poder. Desse modo, o bem-estar dos aprisionados é utilizado como pretexto para atender a interesses particulares.

Diante da rebelião, Simão resolve enviar um decreto ao governo, que determinava a liberação de todos os cidadãos que estavam presos na Casa Verde. O argumento utilizado pelo médico, agora, assombra a população itaguaiense, pois contradiz a teoria defendida por ele até então. De acordo com a normativa, apenas os indivíduos que estivessem com suas plenas condições de sanidade deveriam ser abrigados na Casa Verde. Aqui, deixam-se manifestar as impermanências contraditórias e os desvios das narrativas da “normalidade”, expressas pelos sujeitos detentores do poder.

O doutor Simão, personagem de Machado de Assis, assemelha-se às características do médico apresentada por Foucault, que o define como “aquele que a faz se manifestar em sua verdade quando ela [a loucura] se esconde, quando permanece soterrada e silenciosa, e aquele que a domina, a acalma e a absorve depois de a ter sabiamente desencadeado” (1979, p. 69).

Simão estabelece novas condições para os aprisionados da instituição, denominada como “bastilha da razão humana” (ASSIS, 1994, p. 18), mesmo depois de ter sido decretada a inexistência de “loucos” em Itaguaí. A Casa Verde ainda abrigará novos “sujeitos desviantes”, pois o decreto atingirá a todos, com exceção dos governantes. O único político que demonstra ser contrário à medida é o vereador Galvão, sob a alegação de que a lei deve ser cumprida por todos, demonstrando que se encontra em seu “juízo perfeito”. É, por conseguinte, abrigado junto aos demais lúcidos de Itaguaí.

O novo posicionamento do alienista prevê uma nova experiência. Revela-se, nesses termos, como a personificação da “loucura”: “[...] – A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática.” (ASSIS, 1994, p. 35). Simão se deixa transbordar para o exterior do mundo, liberta-se do aprisionamento de si mesmo e de um sistema simbólico de exclusões, desatinos e contradições pertencentes a seu existir.

Considerações finais

No decorrer do presente estudo, buscou-se refletir sobre a representação da loucura na literatura brasileira, concebendo esta como manifestação cultural, consoante a proposta de Candido (2006). Antes de adentrar as análises literárias, foi necessário compreender questões históricas expressas por Schwarcz (2012-2015), nas quais a autora acentua que as narrativas de brasilidade estão repletas de traços de uma visão colonizadora do “outro”. Ao considerar especificamente a representação da “loucura”, apresentaram-se as teorizações de Foucault (1978-1979) para pensar sobre o poder dos discursos e as fronteiras da normalidade. Nesse caminho, percebe-se a construção de um abismo que entrelaça o outro a algo tão distante, prendendo-o a instituições. A alteridade aparece intrínseca a traços da loucura e/ou da anormalidade.

Nessa travessia, ao prosseguir os rastros da história, depara-se com a simbólica existência de Simão Bacamarte. A personagem ficcional é aqui vislumbrada como um sujeito com traços das contradições e discontinuidades da narrativa cultural brasileira. Seu existir literário transborda para fora de si, pois, cerradas as portas da Casa Verde, investe no estudo e na cura de si mesmo, libertando-se e deixando emergir um sistema de desvios, contradições e exclusões expressos por ele.

Simão é parte desse Brasil desviante, que, ao voltar-se para sua história, encontra-se com sua própria insanidade. Ele representa essa estrutura social incapaz de vislumbrar algo além de seus próprios interesses e de seu crescimento pessoal, pois funda-se em discursos normalizantes que desconsideram trajetórias.

A escrita machadiana conversa com diferentes temporalidades, expressando a atemporalidade de uma escrita que invade os nossos tempos. A narrativa revela-se, ainda, circunscrita a padrões de normalidade e ao apagamento social. A trajetória da personagem de “O alienista” é responsável por reconhecer a loucura no outro e em si mesmo. Simão é o médico e, nessa condição, o responsável por instituir as fronteiras entre razão/loucura e normal/anormal. Mas, em sua incessante busca pela loucura, acaba, ele mesmo, por manifestá-la.

Cabe, ainda, assinalar que a literatura permite que o leitor possa ir em busca de exclusões expressas pela estranheza dos corpos históricos que desatinam a transgredir as regras, os padrões de uma história que invisibiliza, silencia e aprisiona.

THE MADNESS IN THE BRAZILIAN LITERARY MANIFESTATION: *THE ALIENIST* AND THE DEVIATIONS AND THE CROSSINGS OF HISTORY

ABSTRACT: Literature might be understood as a symbolic system capable to express the national reality. In this order, it allows to include, in the set of investigations about it, the representation of historically invisible trajectories. This article, in line to this theme, is focused on the analysis of the “other” in terms of “madness”, and has as its *corpus* *The alienist*, by Machado de Assis. In the investigation, it uses Lília Schwarcz to reflect on the historical roots of violence in Brazil, Michel Foucault to discuss about the historical construction of power discourses and the relations that are established between madness and otherness, Antonio Candido to place literature in the social context. It appears that Simão Bacamarte, the central character of the work, reveals the marks and contradictions of Brazilian cultural narrative, being, in such terms, part of this deviant Brazil that, when turning to its history, finds itself with its own insanity.

Keywords: Brazilian literature. Representation of differences. Madness. Narratives of normality. Social invisibility.

REFERÊNCIAS:

- ASSIS, Machado. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da loucura*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAIOR, Izabel. História, conceito e tipos de deficiência. Programa estadual de prevenção e combate à violência contra pessoas com deficiência do governo de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARIA, Luzia de. *Sortilégios do avesso: razão e loucura na literatura brasileira*. São Paulo: Escrituras, 2005.

PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 24, p. 15-34, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9003>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINTO, Celi Regina. Foucault e as constituições brasileiras: Quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. *Revista Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55375>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *A abertura para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Recebido em: 22/11/2021.

Aprovado em: 14/12/2021.